



Vol.7, Núm 1, jan-jun, 2026, pág. 593-620

Desafios e Perspectivas na Reintegração de Indivíduos Privados de Liberdade: Um Enfoque Ecológico-Social

Marcelandia Reviane Santos Bernardo
Suely A. N. Mascarenhas
Gisele Resende

Resumo

Este estudo aborda a complexidade dos fenômenos criminais, reconhecendo a interação de múltiplos fatores psicossociais, partindo das perspectivas do crime como um fenômeno multifacetado, influenciado por características individuais, ambientais e relacionais. A pesquisa propõe uma abordagem ecológico-social, integrando conceitos da Psicologia, como resiliência, qualidade de vida e otimismo, para compreender o processo de reinserção social de indivíduos privados de liberdade, na cidade de Manaus, Brasil. A metodologia envolve um estudo de campo exploratório-descritivo com dois grupos de presos: não reincidentes em liberdade há mais de um ano e reincidentes em unidades penitenciárias de Manaus- AM- Brasil, resultando na necessidade de implantação de programas de intervenção abrangentes em diferentes níveis.

Palavras-chave: reinserção social; resiliência; qualidade de vida.

Abstract

This study addresses the complexity of criminal specifications, understanding the interaction of multiple psychosocial factors, starting from the perspective of crime as a multifaceted influence, influenced by individual, environmental, and relational characteristics. The research proposes an ecological-social approach, integrating concepts from Psychology, such as resilience, quality of life, and optimism, to understand the process of social reintegration of individuals deprived of liberty in the city of Manaus, Brazil. The methodology involves an exploratory-descriptive field study with two groups of prisoners: non-recidivists released more than a year ago and recidivists in penitentiary units in Manaus-AM-Brazil, resulting in the need to implement comprehensive intervention programs at different levels.

Keywords: social reintegration; resilience; quality of life.

1 Introdução

Nos últimos anos, o sistema prisional tem sido objeto de extensos estudos e debates em várias disciplinas em todo o mundo, destacando questões como superlotação, alta taxa de



reincidência criminal e violência. No Brasil, dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (BRASIL, INFOPEN), de 2020 revelam uma população prisional que ultrapassa 748 mil pessoas, com uma taxa de encarceramento aumentando em 226,3% nos últimos 20 anos, (Anuário Brasileiro De Segurança Pública, 2023) colocando o país como o terceiro do mundo em número de pessoas presas. No estado do Amazonas, essa taxa é de 314,7 para cada 100 mil habitantes. (Anuário Brasileiro De Segurança Pública, 2023)

Além disso, a taxa de reincidência criminal no Brasil é considerada alta, variando de acordo com os estados. De acordo com o Informe Regional de Desenvolvimento Humano (2013-2014) do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), em São Paulo, 7 em cada 10 pessoas presas por roubo reincidiram, enquanto no Amazonas, dados da Secretaria Administrativa Penitenciária indicam que 36% dos presos são reincidentes. (Secretaria de Estado de Administração Penitenciária [SEAP], 2017)

Esses dados refletem os desafios enfrentados pelo sistema prisional brasileiro, que, muitas vezes, não avança em direção à reintegração social da pessoa privada de liberdade. Isso levanta questões sobre as políticas penitenciárias e pós-penitenciárias, cujo marco legitimador se sustenta em uma visão positiva sobre a pena ligada ao processo de reintegração.

Para entender melhor esse contexto, esta pesquisa adota a terminologia de reincidência penitenciária, que se refere ao retorno ao sistema penitenciário após uma pena de prisão (Vasconcelos, 2011), e reintegração social, que busca possibilitar a vida na sociedade para aqueles que saíram da prisão. No entanto, a falta de clareza conceitual em torno da reintegração social torna esse processo complexo (Villagra, 2008),



Ainda a respeito da terminologia, optamos em adotar a expressão "pessoas privadas de liberdade", que abrange tanto os indivíduos encarcerados quanto a população prisional como um todo. Além disso, utilizaremos o termo "egresso" para aqueles que estão cumprindo pena em liberdade, conforme definido pela legislação brasileira. Essa escolha visa respeitar a condição jurídica desses indivíduos, que, embora estejam em liberdade, ainda estão sob a custódia do Estado. Em relação aos crimes estudados, focaremos nos crimes contra o patrimônio, dada sua prevalência e associação com maior reincidência criminal, conforme dados do Brasil e do Amazonas. (INFOOPEN, BRASIL, 2020).

No que se refere ao perfil, a população carcerária brasileira revela uma predominância masculina, jovem, negra e com baixa escolaridade. A falta de acesso ao trabalho é um problema significativo, com mais de 80% dos presos em alguns estados mantidos em ociosidade. No Amazonas, esses números são ainda mais alarmantes. (INFOOPEN, BRASIL, 2020).

Diante desses desafios, esta pesquisa busca compreender as implicações da reintegração social e investigar como fatores como resiliência e apoio social podem influenciar esse processo. Ao utilizar a teoria bioecológica do desenvolvimento humano, a pesquisa busca responder a perguntas sobre as dificuldades enfrentadas pelas pessoas privadas de liberdade, em Manaus-AM e como essas dificuldades podem ser relacionadas à reincidência criminal ou ao sucesso da reintegração social.

Considerando a importância desses construtos no processo de reintegração social, este estudo tem relevância tanto social quanto científica; socialmente, visa abordar uma população marginalizada que enfrenta desafios significativos em sua reintegração social, enquanto, cientificamente, busca compreender o cenário da reintegração social no Estado do Amazonas e



subsidiar políticas públicas que discutam a atuação da psicologia em espaços pertencentes, ao sistema prisional, voltadas para essa questão.

2 Notas Metodológicas

O estudo em questão é uma pesquisa descritiva, exploratória e compreensiva, que busca descrever e compreender o fenômeno estudado, avaliando suas características e processos. Ao utilizar uma abordagem qualitativa, o objetivo é explorar em profundidade o processo de reintegração social após a saída da prisão.

Para coletar dados, foram utilizados diferentes instrumentos e técnicas, seguindo a metodologia proposta por Bronfenbrenner (2002); esses incluem: questionários socioeconômicos e criminais, entrevistas semiestruturadas e escalas de avaliação psicológica, como a de otimismo, satisfação com a vida, esperança e comportamento resiliente. Esses instrumentos visavam compreender os fatores que influenciam o processo de reinserção social após a saída da prisão.

A pesquisa foi conduzida no Departamento de Reintegração Social e Capacitação (DERESC), em Manaus-AM, vinculado à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Esse departamento atende pessoas em liberdade condicional, promovendo a reintegração social por meio de diversas ações e projetos.

Os participantes da pesquisa foram selecionados com base em critérios específicos, incluindo sexo masculino, cumprimento de pena em liberdade condicional, idade entre 18 e 60 anos, condenação por crimes de roubo ou furto e interesse em participar da pesquisa. A amostra foi composta por seis homens, sendo três reincidientes e três não reincidientes, todos em



liberdade condicional há mais de um ano. A investigação foi apresentada ao Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: OCULTO) e, após aprovação, foram obtidas as autorizações dos participantes, conforme Termo de Conhecimento Livre e Esclarecido-TCLE.

A pesquisa teve como objetivo compreender as principais dificuldades e fatores de sucesso no processo de reintegração social desses indivíduos, contribuindo para o desenvolvimento de políticas e práticas mais eficazes no campo da assistência penitenciária e pós-penitenciária.

3 Resultados e Discussões

3.1 Questões pessoais e individuais para além de dados sociodemográficos

Esta categoria de análise buscou caracterizar as pessoas privadas de liberdade para compreender suas identidades pessoais, considerando a influência de fatores históricos, culturais, econômicos e políticos em suas condições estruturais de vida.

A análise revelou um perfil de seis entrevistados cumprindo pena por crimes contra o patrimônio no estado do Amazonas, dos quais três eram não reincidentes e três reincidentes. A faixa etária predominante (4/6) estava entre 21 e 32 anos, alinhando-se com dados estaduais e nacionais sobre a população carcerária. (BRASIL, INFOPEN,2020). A maioria residia em comunidades carentes, desempregados e com baixa escolaridade, destacando uma falta de acesso aos direitos sociais básicos, como habitação digna, educação e trabalho.

A pesquisa mostrou a difícil situação socioeconômica dessa população e sua repercussão fora da prisão relatada pelos entrevistados quando perguntado se possuíam um trabalho. Destacamos que o direito ao trabalho é assegurado pelo artigo 5º da CF (Brasil, 1988) como uma das garantias individuais que o Estado Brasileiro deve a seus cidadãos.



[..] Não. Só vivo de bico e quando eu faço. É ruim, porque a gente não leva nada pra casa, e a criança pede. Vou na igreja e peço. Eu não gosto nem de falar sobre isso aí dói [choro]. (Informação verbal) (Entrevista concedida por sujeito nº 6, reincidente, 32 anos, 5ª série)

O trabalho é, sem sombra de dúvidas, uma das formas mais eficazes na luta pela redução da reincidência criminal do apenado. No entanto, o alto índice de desemprego e a falta de qualificação profissional acabam por estimular a referida reincidência, uma vez que a maioria dos apenados sai da prisão, sem o menor preparo para a atuação no mercado de trabalho.

As fragilidades sociais do público, em questão, são evidenciadas no modelo econômico vigente no país, em que são visadas a lógica do consumo, a distribuição desigual das riquezas produzidas e o desemprego. Todavia, pelo atual ordenamento jurídico do País é dever do Estado assegurar políticas públicas para atender todos os brasileiros com os direitos sociais individuais, dentre os quais: educação, saúde, segurança, habitação, trabalho, alimentação, assistência social.

Essa trinca estruturada acaba formando um conjunto de violações de direitos, dificultando o acesso do sujeito a uma vida digna e ética. Outro exemplo é deste entrevistado que narra:

[...] eu queria fazer um curso que pudesse me ajudar a levar o sustento para minha família. A gente não tem uma oportunidade de trabalho. Não tem nada. A gente não ganha nada aqui fora. Não tem ninguém para dar uma força. E acaba nos deixando sozinho, nos transfere para a criminalidade, e só permanece livre quem quiser. Eu queria uma oportunidade de trabalho e não tem. Eu ouço a minha família clamando por comida, tenho que pagar o aluguel, passando humilhação. E o preso é arriscado fazer tanta loucura, o queremos é tentar o nosso sustento, e o nosso alimento e as vezes não conseguimos e piora mais a situação. É isso. E é por isso que estou pedindo ajuda para vocês, porque não é fácil, não é fácil, chegar em casa e não ter nada para sua família entendeu. Você sair honestamente para o trabalho para fazer um



bico e você não conseguir nada, chegar até o dono da loja e falar cara não saiu nada, você não tem como me dar nem 10 reais para eu comprar um pão e o homem dizer que não tem. E aí chega na boca da noite e você vai para casa sem nada, e lá as mulheres fala e nem das crianças. Aquilo vai te agoniando. (Informação verbal) (Entrevista concedida por sujeito nº 3, reincidente, 41 anos, 6ª série)

Historicamente, o Estado, nesse ponto, tem um papel muito importante na ressocialização de seus apenados, quando estabelece programas que podem agenciar, produtivamente, as forças desses homens, em direção a seu desenvolvimento como cidadãos. Entendemos que antes de se tornarem apenados são cidadãos que não tiveram acesso ao sistema escolar de qualidade, na primeira infância e juventude, nem tiveram acesso à formação profissional, moradia digna, segurança, lazer, saúde; de alguma forma são vítimas de um estado omisso em suas responsabilidades constitucionais.

Segundo Baptista (2007) “O Estado tem a obrigação de assistir os seus membros, em todas as ocasiões, nas quais estiverem necessitados de amparo, sustentando a construção de um *status quo* de liberdade, hombridade jurídica, progresso técnico e bem-estar social.” (p. 98). É competência do Estado desenvolver ações efetivas que possam diminuir as distâncias entre as classes sociais, de forma a requerer o cumprimento dos direitos humanos.

A Legislação Penal descreve que o exercício de atividade laboral é um dos requisitos, tanto para a concessão do Livramento Condicional, como a progressão para o regime aberto. A título de exemplo, no tocante à obtenção de Livramento Condicional, descreve a LEP (Brasil, 1984, art. 83, § 3º) que é necessário ter “[...] comprovado comportamento satisfatório, durante execução da pena, bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e aptidão para prover a própria subsistência mediante trabalho honesto”.



Nessa mesma linha, a própria lei de execução penal atribuiu ao trabalho da pessoa presa, caráter de dever social e condição de dignidade humana, conferindo-lhe finalidade educativa e produtiva. Todavia, mais do que mera concretização de um direito plasmado em lei, o maior investimento do Estado no trabalho da pessoa presa, quando ainda se acha submetido às condições de livramento, deve ser encarado, hodiernamente, como engrenagem necessária de uma política eficaz de segurança pública, na medida em que representa uma das poucas ferramentas, reconhecidamente, eficazes para a ruptura, em algum momento, do nefasto ciclo da reincidência.

O emprego, dessa feita, é um fator-chave na reintegração de apenados, tornando-se mais do que apenas uma fonte de renda, mas fornecendo uma estrutura, rotina e oportunidades de contribuir para a vida dos outros, facilitando valiosos contatos sociais. Além disso, reconecta o apenado com elementos da comunidade e contribui para aumentar a autoestima, a confiança e a eficácia própria.

Outro entrevistado narrou: “[...] não consigo arranjar emprego em canto nenhum, trabalho... eu vou pra o estacionamento da Ponta Negra, lavando carro. Vendo água pelo sinal, vou pra feira, vendo banana, verdura pra sobreviver.” (Informação verbal) (Entrevista concedida por sujeito nº 6, reincidente, 32 anos, 5^a série)

Muitos egressos e cumpridores de pena, ao saírem da prisão, têm a intenção de procurar um emprego honesto; no entanto, não sabem sequer por onde começar. “[...] Tenho vontade! Tenho, poxa, às vezes eu fico olhando bem assim, pra fábrica, pro trabalho, oh meu Deus...” (Informação verbal)

Tal situação demonstra o contexto histórico e cultural de exclusão que esses indivíduos enfrentam e o círculo vicioso que se forma em torno de suas vidas. Expostos a condições



precárias, às quais estão submetidos desde o nascimento, muitos indivíduos ingressam no mundo do crime, por motivações diversas, quais sejam, melhoria de vida, revoltas diversas, *status* ou dinheiro.

Outra forma de preconceito é evidenciada através do estado de antecedentes criminais, em que se denuncia a passagem do indivíduo pelo sistema penitenciário e o envolvimento com a justiça. O antecedente criminal é um instrumento de exclusão social que comprova que o indivíduo é um “ex-presidiário” e por essa razão a sua chance de obter uma vaga de trabalho formal diminui, consideravelmente, mesmo propondo uma mudança no seu estilo de vida, como mencionou um dos entrevistados:

Queria tanto ter a minha carteira assinada! Mas é difícil! Às vezes aparece de... como posso falar, sem carteira assinada, como que é? Avulso que se chama. É muito difícil aparecer pra gente. Também a pessoa fica... gente coloca um currículo pra uma empresa, você depende desse currículo. Ah, um dia você é chamado pra trabalhar, mas um dia você vai saber que não pediu uma coisa igual comum de você, por saber que seu nome é sujo, é isso. (Informação verbal) (Entrevista concedida por sujeito nº 5, não reincidente, 25 anos, 7ª série)

Para D’urso (2001) existe um grande preconceito por parte da sociedade e até mesmo da família, quando se trata de assistir ao homem que está preso, sobretudo, quando este é devolvido à liberdade para ser reinserido socialmente.

Segundo o autor “[...] de nada adianta todo o esforço para melhorar o sistema prisional brasileiro, se ao libertar-se o homem, a sociedade o rejeita, o estigmatiza, o repugna e o força a voltar à criminalidade por absoluta falta de opção”. (D’urso, 2001, p. 18).

Conforme relato de um entrevistado, o preconceito é uma realidade enfrentada em seu dia a dia “[...] O pessoal só me olha com maus olhares, me julgam. Falam que é ex-presidiário, que eu não tenho mais jeito” (Informação verbal).



Para Goffman, (2008) “o estigma é uma característica ou atributo que deprecia a pessoa dos demais membros da sociedade, algo que faz com que ele seja considerado anormal, um indivíduo desacreditável e que sobre ele se constroem vários estereótipos.” (Goffman, 2008, p.11). Para Wanderley (2001) “O estigma é definido como uma cicatriz, que denota um processo de qualificação e desqualificação do indivíduo dentro da lógica da exclusão”. (p. 22) Na atualidade o termo “estigma” representa algo de mal, que ameaça a sociedade, e é usado para rotular indivíduos que estão envolvidos em situações de exclusão.

Esses resultados apontam para a necessidade de políticas públicas que promovam a inclusão social e econômica das pessoas privadas de liberdade, visando não apenas a redução da reincidência criminal, mas também a garantia dos direitos humanos fundamentais. O Estado tem o dever de fornecer oportunidades de educação, qualificação profissional e trabalho para essa população, a fim de romper o ciclo de exclusão e estigma social além de promover uma reintegração verdadeira e digna na sociedade.

3.2 Crenças, valores e atitudes pessoais

Na análise bioecológica do desenvolvimento humano, as crenças, valores e atitudes herdados da família e moldados pela sociedade desempenham um papel crucial na vida do sujeito. Estes elementos permitem uma visão ampla do desenvolvimento humano, mesmo diante de desafios ambientais adversos (Crespi, 2014; Crespi & Mikulic, 2004, 2007). O macrossistema, que engloba todas as formas de organização social e sistemas de crenças de uma cultura, influencia diretamente nas percepções individuais sobre o crime e a reintegração social (Bronfenbrenner, 2011).



Nas entrevistas, observamos que os indivíduos com maior suporte familiar tendem a encarar a reintegração com mais otimismo. Os não reincidentes destacam aspectos positivos de seu desenvolvimento, como resiliência e foco no estudo e trabalho que os reincidentes. Um entrevistado relata que, apesar das dificuldades, sua família o acolheu e incentivou.

Cara, foi um momento da minha vida que foi de doideira mesmo! Não sei o que passou pela minha cabeça na hora de ir lá cometer, acho que foi isso mesmo, não estava pensando, estava fora de mim mesmo. Eu acho que só decepcionei a minha família..., mas mesmo assim, eles me abraçaram pela situação que eu estava. Mas hoje... Eu passo meu tempo estudando, passo a maioria do meu tempo estudando, agora que eu terminei eu dei um tempo, agora eu estou recuperando o tempo perdido que eu passei... Que fiquei parado, assim querendo curtição e coisas que não prestava por aí, esse é o tempo que estou recuperando. (Informação verbal)
(Entrevista concedida por sujeito nº 1, não reincidente, 25 anos, ensino médio)

Outro entrevistado disse estar muito arrependido pelo que aconteceu e relata que a prisão foi para ele um choque de realidade muito grande:

Tinha uma vida religiosa com princípios, meus pais eram amorosos, sempre próximos de você, incentivando e ajudando você a ouvir. Depois de um tempo achei que podia tomar uma decisão e acabou sendo errada.

Para Bronfenbrenner (2011) o macrossistema está vinculado à variável da percepção do sujeito, como um reflexo de estereótipos culturais, sobre o crime, a sociedade e as oportunidades que dependem dele em termos de possibilidades de inserção social. As entrevistas também mostram que o enfraquecimento do vínculo familiar pode alterar a percepção do sujeito quando este não percebe os termos de possibilidade no processo de reintegração social. Este entrevistado relata que perdeu a mãe aos 11 anos de idade.

[...] eu tive que parar de estudar para trabalhar e me sustentar, eu não tenho parentes aqui eu só tenho uma tia. Ela tem as obrigações dela, ela tem filho e ela não tinha como cuidar de mim, aí eu tive que trabalhar para me alimentar. Fiquei só, meus pais eram separados e agora



meu pai também é falecido, lá em Belém do Pará. Hoje o que eu queria era fazer um curso que pudesse me ajudar a levar o sustento para minha família. A gente não tem uma oportunidade de trabalho. Não tem nada. A gente não ganha nada aqui fora. Não tem ninguém para dá uma força. E acaba nos deixando sozinho, nos transfere para a criminalidade, e só permanece livre quem quiser. Eu queria uma oportunidade de trabalho e não tem. Eu ouço a minha família clamando por comida, tenho que pagar o aluguel, passando humilhação. E o preso é arriscado fazer tanta loucura, o queremos é tentar o nosso sustento, e o nosso alimento e as vezes não conseguem e piora mais a situação. É isso. (Informação verbal) (Entrevista concedida por Sujeito nº 3, reincidente, 41 anos, 6ª série)

Outro entrevistado relatou:

Parei de estudar por causa do trabalho, para cuidar da minha família, com filho muito pequeno, como fui pai muito novo, tive que largar os estudos. Aí eu tive que abandonar meus estudos, né, pois eu chegava do trabalho cansado, não tinha tempo pra estudar, tinha que trazer o alimento pra dentro de casa né? Pra meus filhos principalmente... Minha família, tipo assim; me abandonou... me desprezou... não estava mais ligando pra o que eu fazia ou deixava de fazer... a gente fazia as coisas boas, mas eles achavam que eu tava fazendo as coisas erradas. Quando saí da prisão eu não me sentia bem, aquilo tudo voltava. Parecia que... que eu tava lá dentro né? Aquilo me revoltava, não acreditava mais em ninguém pra nada mais. Fiquei sem expectativa né, de trabalho, de emprego, de tudo. (Informação verbal) (Entrevista concedida por sujeito nº 4, reincidente, 45 anos, analfabeto)

As crenças pessoais também atuam como fontes de conforto/estresse e como fonte de possível influência na vida de uma pessoa, além de comunicar a participação ou não de uma pessoa privada de liberdade, em uma comunidade religiosa, e as possíveis necessidades espirituais de cada um.

A grande maioria, ou seja, relata a experiência espiritual como uma forma de ajudá-los durante o momento que encontravam na prisão e durante os momentos que estão em dificuldades. Todos os entrevistados acreditam que a religião é fonte de conforto para o



enfrentamento às crises e as dificuldades encontradas fora da prisão, com exceção de um preso que relatou não possuir nenhuma religião. Os outros 5 (cinco) entrevistados, ao perguntar-lhes sobre qual o apoio recebido e de quem foi esse apoio, após saída da prisão, responderam:

Da própria família e da igreja. Líderes na igreja, por ser um trabalho amoroso, eles acompanharam e me perguntaram, me motivaram, que tudo passa, tudo muda, é questão de tempo. Questão de aprendizado e construção de opinião e um caráter. Vamos dizer, em torno geral, um amadurecimento das escolhas, e o apoio é sempre positivo. (Informação verbal)
(Entrevista concedida por Sujeito nº 2, não reincidente, 21 anos, curso superior)

A religião me ajudou no sentido de dá força pra gente, na oração lá, é muito difícil a gente acordar às quatro da manhã, fazer as coisas, quando a mãe manda fazer alguma coisa, aí a gente não faz, aqui é diferente! Lá dentro já é outra coisa, é grave lá! Há, tem que fazer isso! Aqui não é tua mãe não! A gente que manda! A gente aprende lá! Eu aprendi lá! (Informação verbal)
(Entrevista concedida por sujeito nº 1, não reincidente, 25 anos, ensino médio)

De acordo com as entrevistas, pensamentos ligados ao otimismo, esperança e resiliência baseados em suas crenças pessoais, mostraram-se como fatores positivos para o enfrentamento das dificuldades.

3.3 Interações interpessoais (familiares e outras pessoas/grupos)

No contexto da reintegração social, o suporte social emerge como um recurso vital. Estudos correlacionais indicam que o tamanho e a qualidade das redes de apoio estão positivamente associados à reintegração (Grossetti, 2005).

A presença de laços afetivos, especialmente com a família, é crucial, como destacado por apenados não reincidentes em entrevistas. O apoio familiar após a prisão é relatado como



essencial por muitos entrevistados, evidenciando a importância dos vínculos familiares profundos.

Eu não vi a reação da minha família, mas me falaram que foi muito triste mesmo, eu recebi ligações de várias pessoas da minha família perguntando por que eu tinha feito isso. (Informação verbal) (Entrevista concedida por sujeito nº 1, não reincidente, 25 anos, ensino médio)

[...] Sim, meus pais não acreditaram no que estava acontecendo, pela educação que me deram e pela assistência que sempre me deram, mas sempre estiveram presentes e com minha esposa auxiliaram em tudo o que eu precisava. (Informação verbal). (Entrevista concedida por sujeito nº 2, não reincidente, 21 anos curso superior)

Para Garbarino e Barry (1999), o sucesso da reintegração depende do grau de ligação do indivíduo ao seu meio social, sendo necessárias as inter-relações e influências recíprocas entre dois ou mais ambientes. Ou seja, a integração ou a inadaptação não existem fora dos contextos sociais e remetem, necessariamente, para ambientes concretos que a perspectiva ecológica pode nos ajudar a compreender.

Estudos de Lösel (2010), Cid e Martí (2012) afirmam que os laços que surgem com a família nuclear ou com algum parceiro, no período que saem da prisão, geralmente adquirem um papel significativo na narrativa da reintegração social. Sendo estes fatores: a presença de uma relação estável com pelo menos uma pessoa de referência, um nível adequado de apoio social e existência de modelos sociais que promovam um tipo de enfrentamento construtivo, fatores vitais ligados às redes de apoio, inserção no mercado de trabalho, distanciamento das amizades problemáticas, ter filhos e participação em organizações sociais.

Garbarino e Barry (1999) ressaltam que o sucesso da reintegração depende das interações sociais do indivíduo, enfatizando a importância dos laços familiares e sociais na



transição pós-cárcere. Lösel (2010) e Cid e Martí (2012) e outros autores corroboram essa visão, enfatizando a influência dos relacionamentos estáveis, do apoio social e de modelos construtivos de enfrentamento.

Entretanto, muitos ex-detentos enfrentam o afrouxamento dos laços familiares após a prisão. Alguns relatam falta de apoio ou até mesmo rompimento de vínculos familiares, o que pode contribuir para dificuldades na reintegração. A desconfiança e a intolerância da sociedade em relação aos ex-detentos também representam obstáculos significativos, muitas vezes levando-os de volta ao ciclo criminal por falta de oportunidades.

[...] logo que saí tive, me ajudaram muito, muito, muito. Pagaram os meus aluguéis, me deram comida, e eu fui tirando meus documentos, perdi meus documentos de novo, aí agora lavaram as mãos comigo, agora só é eu e Deus. (Informação verbal) (Entrevista concedida por Sujeito nº 3, reincidente, 41 anos, 6ª série)

[...] Não é a mesma coisa que era antigamente. Não é, mudou muito! Muito, muito, muito! Até fazem festa. Não me convidam, sabem que eu moro por aí com a minha família. Muitas coisas mudaram, mas aqui, acolá, eles conversam comigo. É eles pra lá e eu prá cá! (Informação verbal) (Entrevista concedida por sujeito nº 4, reincidente, 45 anos, não alfabetizado)

Através desses relatos percebe-se um cenário de afrouxamento de vínculos, que pode ser mais bem compreendido pelo próximo entrevistado.

[...] Sim, sim, continuei. Assim, mas logo quando eu estava morando com eles, mas na segunda não tive mais. Da primeira até que eu tive, né, mas na segunda já não...eu acho que foi por causa da minha primeira, né? Eles acharam assim, poxa, já foi preso a primeira vez né? É a segunda vez. (Informação verbal) (Entrevista concedida por sujeito nº 6, reincidente, 32 anos, 5ª série)

As entrevistas revelam que a rede social dos detentos é frequentemente restrita, o que ressalta a importância de fortalecer esses laços para facilitar a reintegração. A análise de



correlação demonstra uma associação positiva entre o tamanho da rede de apoio e a história familiar na reintegração social, corroborando a importância do apoio familiar e social para o sucesso pós-prisão (Grossetti, 2005).

3.4 Influências ambientais e sua repercussão no processo de reinserção social

As influências ambientais, entendidas como as interações sociais vivenciadas no cotidiano da pessoa privada de liberdade, desempenham um papel crucial em seu processo de reintegração social. Pesquisas como as de Petechuk e Redondo (2013), Molleda et al. (2012) e Crespi e Mikulic (2014), têm destacado o impacto significativo dessas variáveis na reintegração de ex-detentos. Tais fatores podem estar associados positiva ou negativamente com o comportamento criminoso subsequente.

Estudos de Crespi e Mikulic (2014) indicam que a falta de apoio da comunidade e atitudes sociais negativas em relação ao indivíduo contribuem para uma maior violência e uma percepção reduzida de oportunidades de inserção. Como relatou esse entrevistado “[...] tem um bucado de pessoas que não falam mais comigo, nessa situação. Até para muitos dos meus colegas...Sinto! Sinto! Até os próprios parentes! Entendeu? Eu sinto isso! Como um rejeitado!”(Informação verbal).

Bronfenbrenner (2011) ressalta que os fatores ambientais de risco para o desenvolvimento humano não ocorrem isoladamente, mas dentro de um contexto histórico, cultural, econômico e político mais amplo. Condições como desemprego, insegurança e violência, predominantes na vida de muitos ex-detentos, geram estresse e dificultam a



reintegração social. Além disso, a falta de apoio da comunidade e o preconceito enfrentado pelas pessoas em situação de vulnerabilidade social contribuem para a persistência das dificuldades enfrentadas após a prisão (Mondin, 2006). Como respondeu esse entrevistado:

[...] muitos deixaram de me olhar como o cara exemplo, como exemplo, poxa, como... eu quero que meu filho se torne como você, isso sumiu da maior parte de minha vida e das pessoas à minha volta! Ah, pessoas qual eu era exemplo, amigos, já olham com outros olhares e preconceitos, dizem, poxa, já foi preso, então não quero comigo. Com um tempo uma rejeição vamos dizer assim acontece. Que antes não era, eu era acolhido, gostavam de mim. (Informação verbal) (Entrevista concedida por sujeito nº 2, não reincidente, 21 anos, curso superior)

Nas entrevistas, ao ser perguntado sobre os fatores que motivaram a ser condenados à prisão, o consumo de bebidas alcoólicas a influência das más companhias aparece como o motivo apontado por 4/6 pessoas entrevistadas. Outros motivos citados por eles foram: o desemprego (4 sujeitos) e a influência familiar (2 sujeitos).

[...] acho que foi, pra mim cometer esse crime eu acho que foi o desemprego. Eu sei que a gente pode montar qualquer coisinha ali e vender, ganhar o seu ‘ganha pão’, só que quem faz isso não paga aluguel, o meu aluguel é 350 reais entendeu? Agora aumentou pra 400 pra ver se eu saio da casa, então minhas tias que estão me ajudando, aí algum dia arruma 20, até final do mês pra pagar. Então foi isso aí, eu chegando uma vez minhas filhas querendo comer e não tinha e roubava pra tentar levar o melhor, acabei não levando, levando foi porrada e indo preso e decepcionei minha família né. (Informação verbal 'Entrevista concedida por sujeito nº 3, reincidente, 41 anos, 6ª série,')

As más companhias e o consumo de drogas são fatores frequentemente citados por ex-detentos como motivadores para o envolvimento com o crime. Em entrevistas, muitos mencionam o papel decisivo que esses elementos desempenharam em suas trajetórias criminais. O ambiente prisional, marcado por violência e hostilidade, também influencia o comportamento e as escolhas dos detentos (Vasconcelos et al., 2012).



Foi! Colegagem e droga! Eu e meus colegas fazendo as coisas, fumando maconha, fumei maconha pela primeira vez, cheirei cocaína, fumei pasta. Hoje não existe mais pasta, é a pedra, que é o óxido, tá impestado em Manaus, muita gente drogada, jogado pelos cantos da rua. (Informação verbal) (Entrevista concedida por sujeito nº 4, reincidente, 45 anos, analfabeto)

Desse modo, torna-se evidente concluir que, o que leva os homens que já viveram a experiência dentro da prisão a voltar cometer crimes e consequentemente a retornar a prisão, é o preconceito, as drogas e o descaso que sentem ao viver em sociedade, fatores ambientais que repercutem no processo de reintegração social.

Diante dessas circunstâncias, é compreensível que muitos ex-detentos enfrentem dificuldades ao tentar se reintegrar à sociedade. O preconceito, as barreiras sociais e a falta de oportunidades são obstáculos significativos para o processo de reintegração social. Portanto, é essencial que políticas públicas e ações sociais busquem enfrentar esses desafios, promovendo uma reintegração mais eficaz e inclusiva para aqueles que cumpriram suas penas.

3.5 Estratégias adotadas pela pessoa privada de liberdade no processo de reintegração social (temporalidade, resiliência e planejamento de futuro)

A pesquisa aborda as estratégias adotadas por pessoas privadas de liberdade durante o processo de reintegração social, destacando aspectos de temporalidade, resiliência e planejamento futuro. Essas estratégias desempenham um papel crucial na capacidade dos indivíduos de se reintegrarem com sucesso na sociedade após o período de encarceramento.

A temporalidade, ou seja, a percepção e a gestão do tempo, emerge como um elemento essencial. Refletir sobre o passado, aprender com experiências anteriores e visualizar um futuro melhor impulsiona a motivação e o comprometimento com a reintegração social. A consciência



das consequências das ações passadas e o desejo de mudança são evidentes nos relatos dos entrevistados.

Meus planos para o futuro é somente ter uma profissão própria, estudos, o próprio negócio ao qual eu possa não só me estabelecer financeiramente e ajudar pessoas em volta. O objetivo é realizar ou abrir empresa em um negócio em que possa não só eu trabalhar, mas pessoas que precisam, como por mim. Facilitar a pessoas que passaram por esse mesmo processo criminal, a desenvolver projetos, incentivá-los a mudança em sua vida, uma mudança geral de ambiente. Ter um objetivo diferente, não retornar para o crime. (Informação verbal) Entrevista concedida por sujeito nº 2, não reincidente, 21 anos, curso superior

Bom, meu plano pro futuro é depois de sair da justiça e arranjar um trabalho, e também trabalhar com meus familiares. Que é lá no barco do meu pai. Trabalhar com ele viajando, esse é o meu futuro, ele deixou pros filhos, essa é minha responsabilidade. O que ele deixou pros filhos eu quero ter, essa responsabilidade, de cuidar, prevenir o que era dele. (Informação verbal) Entrevista concedida por sujeito nº 5, não reincidente, 25 anos, 7ª série

O planejamento de futuro surge como uma estratégia orientadora das ações dos indivíduos em direção a metas positivas. Expressam o desejo de construir uma vida melhor para si e para suas famílias, buscando oportunidades de educação, emprego e crescimento pessoal. O planejamento fornece uma estrutura para a ação e ajuda manter o foco nas aspirações, apesar dos desafios enfrentados.

A aplicação das escalas de Otimismo, Satisfação com a Vida (SWLS), Esperança e Comportamento Resiliente permite analisar variáveis psicológicas importantes. conforme resultados apresentados nos quadros que seguem:

Inserir tabela 1 aqui



Os resultados indicam que os não reincidentes apresentam níveis mais elevados de otimismo, satisfação com a vida, esperança e comportamento resiliente em comparação aos reincidentes. Esses fatores estão associados a uma reintegração social mais efetiva e ao bem-estar dos indivíduos.

Inserir tabela 2 aqui

A escala de Satisfação com a Vida (SWLS) de Diener et al. (1985) revelou que pessoas reincidentes percebem suas vidas como não alcançando os objetivos desejados, enquanto os não reincidentes apresentam uma satisfação ligeiramente melhor, embora ainda desejem recomeçar.

Inserir tabela 3 aqui

A esperança, observada em ambos os grupos, pode desempenhar um papel crucial como fator protetor na reintegração social. No entanto, é importante considerar a singularidade de cada indivíduo, como demonstrado por alguns participantes que mostraram níveis mais baixos de esperança.

Inserir tabela 4 aqui

A Escala Breve de Comportamento Resiliente de Ribeiro e Morais (2010) indicou que tanto os reincidentes quanto os não reincidentes demonstram comportamentos resilientes, refletidos em pontuações mais elevadas nos itens da escala. Esses comportamentos incluem perseverança e otimismo, bem como criatividade na resolução de problemas, apesar das adversidades enfrentadas. O uso dessas escalas complementou as informações das entrevistas, proporcionando uma visão abrangente dos participantes.



Os resultados revelaram que os participantes com maior satisfação com a vida exibem os maiores indicadores de reintegração social efetiva, alinhando-se com as estratégias destacadas pelos entrevistados no processo de reintegração social. Estudos anteriores corroboram essas descobertas, sugerindo que a implementação de tais estratégias melhora a capacidade de lidar com desafios cotidianos e promove a aquisição de habilidades para reconstruir a vida e fortalecer os laços sociais. Assim, essas estratégias se revelam como fatores protetores que distinguem entre aqueles que reincidem após uma condenação e aqueles que não o fazem (Blasco, 2012; Crespi; Mikulic, 2014).

Considerações Finais

A pesquisa investigou a reintegração social de pessoas em liberdade condicional no sistema prisional brasileiro, reconhecendo a prisão como um mecanismo de encarceramento que causa angústia e sofrimento. Os resultados revelaram uma grande dificuldade na reintegração social e profissional, refletindo a alta taxa de reincidência, corroborada por estudos anteriores. O perfil da população carcerária evidenciou questões de pobreza, desemprego e baixa escolaridade, destacando a importância de políticas públicas que favoreçam a reinserção social.

A abordagem bioecológica de Bronfenbrenner (2011) foi fundamental para compreender a complexidade do problema ecológico da reintegração social. Reconhecendo as limitações da pesquisa, foram sugeridos novos caminhos para investigações futuras, como a inclusão de variáveis adicionais. Os resultados destacaram a importância da resiliência e do



suporte social na reintegração, ressaltando a necessidade de programas de intervenção abrangentes em diferentes níveis.

Essas descobertas têm implicações práticas importantes para a intervenção psicossocial e para as políticas de segurança pública e direitos humanos, visando o desenvolvimento das capacidades individuais e a inclusão social. A pesquisa oferece novos conhecimentos que podem informar ações e políticas destinadas a garantirem o bem-estar coletivo e a realização pessoal dos cidadãos privados de liberdade no Brasil e no Amazonas.

Referências

- Anuário Brasileiro De Segurança Pública (2023). Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 17
- Baptista, C. A. (2007). *Crescimento da criminalidade e atuação estatal*. Juruá
- Blasco, C. R. (2012). Descripción y análisis de los factores protectores de adolescentes en la prevención del delito. *Centro de Estudios Jurídicos y Formación Especializada*.
- Bronfenbrenner, U. (2002) *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. (2^a ed.) Artmed. (Trabalho original publicado em 1977)
- Bronfenbrenner, U. (2011) *Bioecología do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humano*. (A. Carvalho-Barreto Trad.) Artmed. (Trabalho original publicado em 2005)
- Cid, J., & Martí, J. (2011) *El proceso de desistimiento de las personas encarceladas: obstáculos y apoyos*. Centre d'Estudis Jurídics. https://ddd.uab.cat/pub/worpap/2011/132424/prodesper_a2011iSPA.pdf
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (1988).
- Crespi, M. (2014). *Transición cárcel-libertad: evaluacion de los factores y estresores psicosociales percibidos*. *Boletín criminológico*, 2(149) <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4762866>
- Crespi, M. C., & Mikulic, I. M. (2004). *Calidad de vida percibida: estudio de los factores de riesgo y protección en sujetos privados de libertad*. In XI Jornadas de Investigación.



Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires.
<https://www.aacademica.org/000-029/254>

Crespi, M., & Mikulic, I. M. (2014) *Estudio de la reinserción social de liberados condicionales desde un enfoque psicosocial*. REIC: Revista Española de Investigación Criminológica, 2(12)

Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias* 2020.
<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMmU4ODAwNTAtY2IyMS00OWJiLWE3ZTgtZGNjY2ZhNTYzZDliIwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>

Diener, E., Emmons, R. A., Larsen, R. J., & Griffin, S. (1985). The Satisfaction With Life Scale. *Journal of Personality Assessment*, 49(1), 71-75

D' Urso, L. F. B. (2001). Liberdade de volta, ex-presidiário precisa de apoio da sociedade. *Revista Consultor Jurídico*, 2

Garbarino, J., & Barry, F. (1999). El contexto comunitario del abuso y descuido del niño. In: Garbarino, J., & Eckenrode, J. (Orgs). *Por que las familias abusan de sus hijos*. (pp. 85-124) Granica

Goffman, E. (2008). *Estigma: Notas Sobre A Manipulação Da Identidade Deteriorada*. (4a Ed.) LTC

Grossetti, M. (2005). Where do social relations come from? A study of personal networks in the toulouse area of france. *Social Networks*, 27(4).

Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (1984). Institui a Lei de Execução Penal.

Lösel, F. (2010). *Whatworks in offender rehabilitation: a global perspective*. [Apresentação de trabalho] Conference Of The International Corrections and Prisons Association, Ghent, Belgium.

Molleda, C. B., Rodríguez Diaz, F., Moral, M. De La V. J., Sanchez, B. P., & Bernal, A. O. (2012). Comportamiento Delictivo Reincidente: Análisis Diferencial De La Variable Edad. *Revista Interamericana De Psicología*, 46(3), 365-374.

Mondin, E. M. C. (2006) *Contexto e comportamento: definindo as interações na família e na pré-escola*. [Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista]. Repositório Institucional da UNESP. <http://hdl.handle.net/11449/102237>

Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento. (2014). *Informe Regional De Desarrollo Humano 2013-2014: seguridad ciudadana con rostro humano: diagnostico y propuesta para américa latina*. <https://www.undp.org/es/latin-america/publicaciones/informe-regional-de-desarrollo-humano-2013-2014>



Petechuk, D., & Redondo, S. (2013). Transición desde la delincuencia juvenil a la delincuencia adulta. *Revista Española De Investigación Criminológica*, 1(11).

Ribeiro, J. L. P., & Morais, R. (2010). Adaptação portuguesa da escala breve de coping resiliente. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 11(1), 5-13. <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/1096/1/psd%202010%202011%281%29%205-13.pdf>.

Secretaria De Estado De Administração Penitenciária. (2017). *Secretaria De Estado De Administração Penitenciária: 2 Anos: 2016-2017*.

Vasconcelos, K. N. (2011). *O Cárcere: Racionalismo Da Pena E Adestramento Do Corpo Na Modernidade*. Juruá.

Villagra, C. (2008). *Hacia una política pospenitenciaria en Chile: desafíos para la reintegración de quienes salen de la cárcel*. Ril Editors

Wanderley, M. B. (2001). Refletindo sobre a noção de exclusão. In: Sawaia, B. (Org.). *As Artimanhas Da Exclusão: análise psicosocial e ética da desigualdade social*. (2a Ed. pp. 16-26) Vozes

Tabela 1

Escala sobre o otimismo

ESCALA SOBRE O OTIMISMO				
Entrevistados	Variáveis			
Reincidentes	Encaro o futuro com otimismo.	Tenho esperança de conseguir o que realmente desejo.	Faço projetos para o futuro e penso que os realizarei.	Em geral considero-me uma pessoa otimismo.
R.P.C. (S3)	3	5	5	5
J. C. M.A. (S4)	5	5	5	5
J. S. C. (S6)	5	5	5	5
Não reincidentes				
C. M. J. (S1)	5	5	5	5



J. W. R. J. (S2)	3	5	5	5
B. L. L. (S5)	3	5	5	5

LEGENDA: 1 - Totalmente em desacordo; 2 - Bastante em desacordo; 3- Nem de acordo, nem desacordo; 4 - Bastante de acordo; 5 - Totalmente de acordo.

Nota: Barros (1998) adaptada pela autora (2019)

Nota: Coleta de dados *in loco*

**Tabela 2**

Escala de Satisfação com a Vida (SWLS)

ESCALA DE SATISFAÇÃO COM A VIDA (SWLS)					
Entrevistado s	Variáveis				
Reincidentes	Minha vida parece com o que eu desejava que fosse.	As minhas condições de vida são muito boas.	Estou satisfeito com a minha vida.	Tenho conseguido coisas importantes na vida, como eu desejava.	Se eu pudesse recomeçar a minha vida, não mudaria nada.
R.P.C. (S3)	1	3	3	3	5
J. C.M.A.(S4)	1	1	3	1	5
J. S. C. (S6)	3	3	3	4	3
Não reincidentes					
C. M. J. (S1)	2	4	2	4	1
J. W. R. J. (S2)	1	3	3	5	5
B. L. L. (S5)	2	2	5	5	1

LEGENDA: 1 - Discordo muito; 2 - Discordo um pouco; 3 - Não concordo e nem discordo; 4 - Concordo um pouco; 5 - Concordo pouco.

Fonte: Diener *et al* (1985) adaptada pela autora (2019)

Nota: Coleta de dados *in loco*

**Tabela 3**

Escala sobre Esperança

ESCALA SOBRE ESPERANÇA						
Entrevistados	Variáveis					
Reincidentes	Considero-me uma pessoa cheia de esperança.	Não desamino facilmente frente as adversidades.	Luto para atingir meus objetivos.	Sou otimista no meio das dificuldades.	Sei que tenho competência para conseguir o que quero na vida.	Penso que o futuro será melhor que o passado.
R.P.C. (S3)	5	5	5	5	5	5
J. C. M.A. (S4)	5	5	3	3	5	5
J. S. C. (S6)	5	4	5	5	5	5

Entrevistados	Variáveis					
Não reincidentes	Considero-me uma pessoa cheia de esperança.	Não desamino facilmente frente as adversidades.	Luto para atingir meus objetivos.	Sou otimista no meio das dificuldades.	Sei que tenho competência para conseguir o que quero na vida.	Penso que o futuro será melhor que o passado.
C. M. J. (S1)	5	5	5	5	5	5
J. W. R. J. (S2)	5	4	5	5	5	5
B. L. L. (S5)	5	1	4	3	4	5

LEGENDA: 1 –Totalmente em desacordo; 2 –Bastante em desacordo; 3- Nem de acordo, nem em desacordo; 4 - Bastante de acordo; 5 – Totalmente de acordo.

Fonte: Barros (2003) adaptada pela autora (2019)

Nota: Coleta de dados *in loco*

**Tabela 4**

Escala breve do Comportamento Resiliente

ESCALA BREVE DO COMPORTAMENTO RESILIENTE				
Entrevistado s	Variáveis			
Reincidentes	Procuro formas criativas de superar as situações difíceis.	Independentemente e do que possa me acontecer, acredito que posso controlar minhas reações.	Acredito que posso crescer positivamente lidando com situações difíceis.	Procuro ativamente formas de substituir as perdas que encontro na vida.
R.P.C. (S3)	4	5	5	5
J. C. M.A. (S4)	3	3	5	5
J. S. C. (S6)	5	5	5	5

Entrevistado s	Variáveis			
Não reincidentes	Procuro formas criativas de superar as situações difíceis.	Independentemente e do que possa me acontecer, acredito que posso controlar minhas reações.	Acredito que posso crescer positivamente lidando com situações difíceis.	Procuro ativamente formas de substituir as perdas que encontro na vida.
C. M. J. (S1)	3	4	5	5
J. W. R. J. (S2)	5	5	5	5
B. L. L. (S5)	4	5	5	5

LEGENDA: 1 - Quase nunca; 2 - Ocasionalmente; 3- Muitas vezes; 4 - Com muita frequência; 5 - Quase sempre.

Fonte: Ribeiro e Moraes (2010), adaptada pela autora (2019)

Nota: Coleta de dados *in loco*

Recebido em: 30 de setembro de 2025.

Aprovado em: 10 de dezembro de 2025.

Publicado em: 01 de janeiro de 2026.

Autoria:



Autor 1:

Nome: Marcelandia Reviane Santos Bernardo
Instituição: Universidade Federal do Amazonas
E-mail: reviane.bernardo@adventistas.org
País: BRASIL

Autor 2:

Nome: Suely A. N. Mascarenhas
Instituição: Universidade Federal do Amazonas
E-mail: suelyanm@ufam.edu.br
País: BRASIL

Autor 3:

Nome: Gisele Cristina Resende
Instituição: Universidade Federal do Amazonas
E-mail: giseleresende@ufam.edu.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6898-0995>
País: BRASIL